

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM UM
ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO TERRITORIALMENTE CONCEBIDO:
UM ESTUDO DE CASO.**

ALUNO: FELIPE FRAIFELD

ORIENTADOR: PROF. DR. AUGUSTO CÉSAR PINHEIRO DA SILVA

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política e econômica pela qual o Brasil passa clama por uma renovação. Apesar de toda a crise estrutural de representatividade do sistema político e a fragilidade da cidadania ainda a ser conquistada efetivamente, o país vive um momento decisivo no que tange a transformação da gestão da coisa pública. A utilização cada vez maior de novas e reais racionalidades relacionadas ao potencial de recursos naturais frente aos desafios administrativos relativos à retomada do controle dos municípios brasileiros sobre os seus territórios, nos leva a inferir que políticas públicas que visem uma maior autonomia em busca de um desenvolvimento viável em longo prazo, tornem-se cada vez mais comuns no âmbito nacional. Atualmente, um instrumento de políticas públicas que vem ganhando mais espaço no debate sobre o desenvolvimento e alterando o cenário do jogo político como um trunfo de poder é o chamado Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que rompe com antigas racionalidades e adiciona novas ao panorama político nacional.

OBJETIVO

O presente trabalho busca analisar a implementação do Zoneamento Econômico Ecológico em Resende (RJ), no âmbito municipal, visando uma maior dinâmica gerencial da máquina pública, dos recursos naturais e de suas relações regionais de forma potencializada. Tal instrumento permite, não só ao conhecimento geográfico, um retorno ontológico como mecanismo de poder do Estado, como também permite um rompimento da clássica dicotomia entre a geografia física e a humana, pois que relaciona o meio físico-biótico com os potenciais humanos na busca por um desenvolvimento socioespacial racional, ou seja, sustentável. Tal abordagem reforça a idéia de que não existe sociedade *a-espacial* e que a geomorfologia, área da geografia física, pode ser aplicada com o objetivo maior de auxiliar o modo com que o homem produz, se reproduz e transforma o espaço analisado pela geografia humana.

METODOLOGIA

Como um prisma que decifra a realidade exposta sobre o território, os estudos geomorfológicos das bacias de drenagem devem ser realizados através de mapeamentos que permitem uma maior compreensão de suas capacidades hidrológicas e, portanto, maior capacidade de gerenciamento estratégico. Tais estudos, através da análise das cartas topográficas, propiciam um possível direcionamento de culturas agrícolas a serem desenvolvidas, além da detecção dos processos erosivos e suas respectivas áreas de fragilidade. Devido à heterogeneidade litológica do arcabouço geológico, uma dissecação diferencial do sistema hidrológico é determinada de acordo com os níveis de base, fazendo

com que a paisagem evolua através do recuo da rede de drenagem. Sendo assim passa a ser competência da geomorfologia estudar esses processos aliando às ferramentas possíveis de variáveis que moldem o território, utilizando instrumentos de geotecnologias como o geoprocessamento, e cruzando informações de diversos mapas topográficos e imagens de satélite, não com o objetivo de anular trabalhos empíricos de campo, nem tampouco de obter uma visão apriorística do real, mas como um mecanismo rápido e eficiente para análises preliminares que apontem um direcionamento na ocupação e uso do espaço.

CONCLUSÕES

A busca por uma coalescência entre interesses públicos e privados se encontra tanto na valorização das especificidades locais quanto nas potencialidades comparativas, desenvolvendo-se uma reforma político-administrativa e, acima de tudo, gerencial. Tal compreensão demonstra uma preocupação cada vez maior em não observar a paisagem como algo lúdico e romântico, mas sim observar a paisagem como verbo, como um potencial que hiberna sobre o limite visível de nossos olhos, mas que de forma alguma se resume a isto.

O ZEE, portanto deve auxiliar na ocupação do espaço, recomendando as áreas que devem ser destinadas ao grande investimento e as áreas que devem ser preservadas, buscando sempre um aumento de competitividade entre os agentes que operam no espaço e uma possível uma harmonização entre eles, frente ao agora reestruturado poder do Estado.